

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM ENFERMAGEM NO OESTE DO PARANÁ: ENFOQUE NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PEDRO BOARETTO NETO-CEEP



Vol.9 nº 17 jan./jun.2014
p. 307-315

A HISTORY OF VOCATIONAL EDUCATION IN NURSING IN WEST PARANÁ: FOCUS CENTER STATE EDUCATION PROFESSIONAL PEDRO BOARETTO NETO-CEEP

Débora Tatiane Feiber Girardello¹
Rosa Maria Rodrigues²
Solange de Fátima Reis Contern³

RESUMO: Este trabalho apresenta a história do ensino profissionalizante de enfermagem no Oeste do Paraná, mais especificamente na cidade de Cascavel, que dispõe uma instituição pública de educação profissionalizante o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto (CEEP). O objetivo deste estudo foi identificar as experiências de profissionalização em enfermagem nesta cidade e expõe-se brevemente uma visita à história do ensino profissionalizante no Brasil e ao ensino de enfermagem neste nível, uma vez que quando se buscam dados sobre o ensino técnico profissionalizante da região para subsidiar discussões na graduação em enfermagem, em especial na licenciatura depara-se com um vácuo na produção, ou seja, inexistem estudos que busquem identificar, resgatar e descrever a história dessas experiências.

PALAVRAS- CHAVE: Enfermagem; Educação profissionalizante; História da educação.

ABSTRACT: This paper presents the history of vocational nursing in western Parana, more specifically in the city of Cascavel, which has a public vocational education the State Center for Professional Education Pedro Boaretto Neto (CEEP). The aim of this study was to identify the experiences of professional nursing in this town and exposes himself briefly a visit to the history of technical education in Brazil and nursing education at this level, since when seeking data on vocational technical education in the region to support discussions in undergraduate nursing, especially at the bachelor is facing a vacuum in the production, in other words are not studies that seek to

¹Enfermeira residente em Gerenciamento de enfermagem em clínica médica cirúrgica, pela UNIOESTE. Campus de Cascavel/PR. End. Rua Academia, 1346, apto 03, Cascavel/PR. E-mail: deborafieber@hotmail.com.

²Enfermeira Doutora em Educação. Docente do Curso de Enfermagem da UNIOESTE e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educativas e Formação em Saúde de Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel/PR

³Doutoranda em Educação pela UFSCAR. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel/PR.

identify, rescue and describe the history of these experiences.

KEYWORDS: Nursing; Vocational Education; History of Education.

INTRODUÇÃO

A educação profissionalizante iniciou-se formalmente no Brasil com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808. Mudanças em sua forma de acontecer ocorreram durante as primeiras décadas do século XIX determinadas pelas transformações econômicas e políticas, nesse cenário, a economia deixou de ser basicamente agroindustrial (MANFREDI, 2002).

A educação profissionalizante foi legalmente criada EM 1809 e constituía-se no Colégio das fábricas (BRASIL, 1999) que objetivava formar mão-de-obra, tinha caráter assistencialista, caritativo e mantedor da ordem na sociedade, ou seja, visava “*amparar os órfãos e desvalidos da sorte*” e “*diminuir a criminalidade e vagabundagem*” (BRASIL, 1999, p.568). E seguiu com esse objetivo até 1888, perpassando pela criação das Casas de Educandos Artífices, dos Asilos da Infância dos meninos desvalidos e dos Liceus.

Com as modificações sociais ocasionadas pela extinção da escravatura e proclamação da república, ocorreu a consolidação do projeto de imigração para a expansão da cafeicultura, o que gerou uma aceleração da industrialização e urbanização (MANFREDI, 2002).

Com o objetivo de acompanhar essas transformações o sistema educacional escolar ganhou nova configuração, as instituições passaram a ser destinadas, não mais aos pobres e desvalidos, mas sim a todos aqueles que pertencessem aos setores populares urbanos com a intenção de tornar-se trabalhador assalariado (MORAES, 2001 *apud* MANFREDI, 2002).

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909 transformou as escolas de aprendizades num único sistema de ensino com o objetivo principal de formação de operários e contra mestres, através de um ensino prático e de conhecimentos técnicos realizados através de trabalhos manuais ou mecânicos de acordo com as necessidades do Estado da federação onde estavam localizadas (MANFREDI, 2002).

Já em 1931 o Decreto nº 20.158/31 reformulou o ensino comercial, realizou a junção do ensino profissional com o ensino secundário, normal e superior, como responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde Pública (MANFREDI, 2002).

Em 1942 a Reforma Capanema, criou as Leis Orgânicas da Educação Nacional, mantendo a dualidade educacional onde o ensino secundário era destinado as elites e os demais ramos da educação eram destinados a formar força de trabalho. Dualidade essa que mantida com a promulgação da LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961 (MANFREDI, 2002).

O Ensino Profissional se consolidou então pela montagem de um sistema corporativista de representação sindical e iniciativas dos trabalhadores juntamente com as redes públicas de educação, tendo em paralelo à criação do “Sistema S” (SENAI, SENAC, SESI etc.) (MANFREDI, 2002). Esse sistema foi fortalecido no período militar com a Lei 6.297/57 que concedia incentivos fiscais para as empresas que desenvolvessem formação profissional (MANFREDI, 2002).

Em 1971 mediante a Lei 5.692/71 instituiu a profissionalização universal e compulsória para todo o ensino secundário, com o objetivo de que todo o aluno de segundo grau pudesse galgar até a universidade ou ingressar imediatamente no mercado de trabalho, no entanto essa lei não vingou, pois não existiam condições de transformar todo o segundo grau em formação profissional. Em 1982 através da Lei 7.044 recuperou-se a diferença entre ensino de formação geral, chamado básico, e o ensino de caráter profissionalizante (MANFREDI, 2002).

Uma nova Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB/1996) foi aprovada em 1996, determinando que a educação escolar se compusesse da educação básica (abrangendo a

educação infantil, ensino fundamental e médio), e educação superior. Segundo essa lei, a educação profissional seria desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, e os diplomas de cursos de educação profissional, quando registrados teriam validade nacional (BRASIL, 1996).

Como a LDB 9394/96 não foi específica quanto à educação profissionalizante, sugeriram decretos e resoluções posteriores regulamentando essa categoria de ensino, como o Decreto nº 2.208 de 1997 que regulamenta que a educação profissional tem como objetivos promover a transição entre a escola e o mundo de trabalho, especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador, proporcionar formação de profissionais para que estes sejam aptos para exercerem atividades específicas no trabalho e qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, sendo desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidade de educação continuada. E o decreto nº 5.154 de 2004 determina que a educação profissional de nível técnico dar-se-á de três formas: Integrada, concomitante e subsequente.

No entanto, apesar da trajetória histórica do ensino profissionalizante no Brasil e a busca deste por seu espaço, de forma geral, a educação profissional ainda parece ser discriminada, secundarizada e segregada. É forte a lógica de que o ensino profissional é uma educação para “os que vão trabalhar”, portanto, menos densa e mais precarizada, uma educação para pessoas com capacidade econômica, intelectual e social não condizente ou insuficiente para prosseguirem os estudos no nível superior (MANFREDI, 2002). Na enfermagem seguiu-se esta mesma lógica, não sendo assumida como prioridade a formação para o trabalho em saúde e ficando na dependência de iniciativas esporádicas e emergenciais.

A categoria profissional de enfermagem surgiu durante a primeira República, quando ocorreu à criação do curso de enfermeiras visitadoras sanitárias junto ao departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), com a justificativa da necessidade de enfermeiras formadas para trabalhar com a Saúde Pública, um modelo assistencial baseado no modelo dos Estados Unidos da América e trazido ao Brasil por Carlos Chagas que no momento era o Diretor da DNSP (RIZZOTTO, 1999).

A escola Anna Nery foi criada em 1922 no Rio de Janeiro, era considerada conforme o Decreto nº. 20.109 de 15 de julho de 1931 a escola oficial padrão, em 1923 houve a primeira seleção, sendo que a seleção das candidatas priorizava a inserção de mulheres reproduzindo os moldes de uma profissão essencialmente feminina (EEAN, 2003).

Apesar do decreto nº. 20.109 de 1931 determinar que seriam consideradas enfermeiras apenas as formadas pela escola oficial padrão, devido a falta de profissionais formados houve a criação de decretos que flexibilizaram essa lei, o decreto nº. 22.257 de 1932 permitiu que as irmãs de caridade com atestados do diretor do hospital onde trabalhavam e de autoridades sanitárias, com mais de seis anos de prática efetiva tivessem direitos iguais ao das enfermeiras da Saúde Pública, porém exercendo seus serviços no hospital em que vinham trabalhando de sua congregação; o decreto nº. 12.774 de 1934 permitiu que os enfermeiros com atestados dos diretores de hospitais e com mais de 05 anos de prática efetiva de enfermagem, fossem inscritos como enfermeiros práticos no DNSP, e o decreto-lei nº. 8.778 de 1946 regulamentou exames de habilitação para auxiliares de enfermagem e parteiras com mais de 02 anos de trabalho efetivo em estabelecimento hospitalar. Este exame era realizado nas escolas de enfermagem oficiais lhes conferindo certificado de “prático de enfermagem” e de “parteira prática”.

A Lei Federal nº. 775 de 1949 regulamentou o ensino de enfermagem no país e estabeleceu que a formação de profissionais para atuar na área da enfermagem ocorreria em dois cursos: o curso de Enfermagem e o curso de Auxiliar de Enfermagem.

O curso de auxiliar de enfermagem emergiu articulado com o contexto sócio-econômico, a consolidação da industrialização, proliferação de favelas e cortiços e a

deterioração da vida e da saúde dos brasileiros, o que gerou uma grande demanda de formação de profissionais de enfermagem, com menor tempo de escolarização, para atender fundamentalmente o setor hospitalar (GEOVANINI, 1995). Da mesma forma, o curso técnico de enfermagem foi criado em 1966 para atender a demanda dos avanços tecnológicos na área hospitalar.

Diante do exposto, evidenciou-se que a formação profissionalizante da enfermagem possui uma trajetória significativa e importante. Contudo, quando se buscam dados sobre o ensino técnico profissionalizante na cidade de Cascavel para subsidiar discussões na graduação em enfermagem, em especial na licenciatura depara-se com um vácuo na produção, ou seja, inexistem estudos que busquem identificar, resgatar e descrever a história dessas experiências.

Desse modo o objetivo desse estudo é resgatar e descrever a história do Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto (CEEP), no que se refere à sua atuação na formação de profissionais de enfermagem na cidade de Cascavel/PR.

METODOLOGIA

Para isso foi realizado um estudo exploratório descritivo, que teve como fontes, dados documentais referentes ao curso profissionalizante de enfermagem ofertado pelo CEEP de Cascavel/PR arquivados no Núcleo Regional da Educação de Cascavel/ PR, e dados levantados através de entrevista semi-estruturada com sujeitos-chave identificados durante a fase de exploração documental, que participaram da construção dessa história. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos em atenção às normas éticas em pesquisa, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado conforme 271/2009-CEP. Os dados coletados foram expostos e analisados estabelecendo relação entre a história do ensino profissional no Brasil e o desenvolvimento regional explorando como a educação profissional se configurou nesta experiência particular.

RESULTADOS

O ensino profissionalizante em enfermagem no Centro Estadual de Educação Profissionalizante Pedro Boaretto Neto– CEEP é uma experiência que se materializou no início do século XXI. Foi criado em 2001, pela Resolução nº. 2.418/01 e reconhecido pela resolução nº. 0235/2001 e pelo ato de aprovação do seu Regimento escolar nº. 255/2004. Encontra-se localizado na região Oeste da cidade de Cascavel no Paraná e tem uma área construída de 3.692,80 m² (CEEP, 2007).

De acordo com o registro histórico, a data de fundação do estabelecimento escolar é de 12 de maio de 1978, e o reconhecimento do estabelecimento aconteceu em 1984 (CEEP, 2009)

O colégio Cascavel, que foi o primeiro nome desse estabelecimento de ensino, teve seu nome alterado em 31 de agosto de 1988, quando passou a ser o Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto de ensino de 1º e 2º graus. No mesmo ano, o colégio teve novamente seu nome mudado para Colégio Estadual Polivalente Pedro Boaretto Neto de ensino Médio. No ano de 2000, o termo Profissional de acordo com o Parecer 0405/1995 foi acrescentado ao nome (Colégio Estadual Polivalente Pedro Boaretto Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional). A partir de outubro de 2001, através do Parecer 0235/ 2001 ele passou a denominar-se Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto – CEEP (CEEP, 2007).

O ensino profissionalizante de enfermagem no CEEP é uma experiência relativamente jovem, no entanto têm características positivas de luta e de conquista, segundo Informante II a abertura do curso em 2005 foi “[...] um avanço porque voltou para o estado, foi uma

conquista do público, do povo”.

Ou seja, a educação profissional no CEEP refletiu preocupação do Estado em garantir uma assistência em saúde de qualidade para a população, mas foi tencionada pela luta de sujeitos-chave vislumbrando um curso de qualidade como pode ser atestado com a fala da informante I

[...] peguei todas as ementas e coloquei num quadro, num painel, juntei tudo e chamei todos [...] mostrei o que tem de conteúdo, olharmos pro próprio catálogo do MEC [...] mandei vários projetos pra conseguir o curso em Cascavel [...] tive que ir convencer a diretora que falou assim que você quer, nós temos certeza, agora tem que ver o que a escola quer, então a escola tem que formalizar um pedido. Aí formalizamos.

Assim sendo, foi a partir de lutas e disposição pessoal de sujeitos-chaves, que se construiu no CEEP uma história diferente da qual o ensino profissionalizante estava alicerçado, ou seja, apesar de que historicamente essa forma de ensino não foi assumida pelo estado, permanecendo atrelado ao espaço privado, passou a partir do ano de 2005 a respectiva instituição passou a ofertar o ensino profissionalizante de Técnico de enfermagem, com duração de 02 anos. É um curso semestral e a formação conferida ao seu término é a de “Técnico de Enfermagem”. É o único curso público da cidade de Cascavel – PR e foi criado com o fim do governo Lerner durante o qual, o curso de auxiliar de enfermagem do Colégio Marilis, que era um curso público foi fechado. Segundo a Informante I, o fechamento do Marilis “foi bem tático”,

[...] o Paranatec fechou o Marilis, mas ele tinha escolas que eles iriam abrir. Então o governo na verdade, na época, fechou, mas não fechou totalmente. Ele abria uma ou outra escola com parceria com empresários, muitos anos depois disso, foi aberto o CEEP.

A justificativa da criação do curso foi a necessidade de favorecer a transição entre escola e o mundo de trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício da enfermagem, vindo a suprir a necessidade existente na área da saúde (CEEP, 2007).

O curso pretendia proporcionar formação que permitisse ao profissional participar do processo de trabalho coletivo e garantir assistência de enfermagem na educação, promoção, proteção e recuperação da saúde. A educação em saúde prepara o homem para trabalhar na direção do corpo e do ambiente construindo meios de enfrentamento, autocuidado, direitos e práticas a uma vida saudável, permite ainda a organização e ampliação das condições de cidadania da população e trabalha em conjunto para melhorar a qualidade de vida, que deve ocorrer em todo e qualquer contato entre a população e profissional, dentro e fora do trabalho, pelo diálogo e pela troca de saberes (CEEP, 2007).

Os objetivos propostos para a formação do técnico de enfermagem eram formar um profissional com competência técnica, teórica e prática, capaz de articular o aprendido com as mudanças e hábitos da sociedade e exigências do mercado de trabalho, além de ser capaz de integrar os diferentes conteúdos, que participasse de forma responsável, ativa e criativa na sociedade (CEEP, 2007).

Os alunos que procuram o CEEP são na sua grande maioria moradores do município de Cascavel, bairros próximos e longínquos e cidades circunvizinhas, tais como: Toledo, Quedas do Iguazu, Matelândia, Braganey, Ubiratã, Céu Azul, Marechal Cândido do Rondon, Santa Tereza, Medianeira, Corbélia, Vera Cruz do Oeste, Catanduvas, Capitão Leonidas Marques, Três Barras, Palotina e Cafelândia, entre outras (CEEP, 2007).

O perfil dos alunos que buscam os Cursos Técnicos Subseqüentes modificou-se nos últimos anos, no começo os alunos tinham, na sua maioria, a idade acima de 25 anos, já nos últimos anos a maioria destes tem idade apenas acima de 18 anos. De forma geral, esses alunos são oriundos de classes populares mais baixas, subempregados, sem qualificação profissional e que concluíram o ensino médio (CEEP, 2007; CEEP, 2009).

Segundo Rocha, Rodrigues (2009) o perfil dos alunos que freqüentaram o curso no ano de 2008, era na sua maioria do sexo feminino, o que vem afirmar a característica

predominante da profissão de enfermagem, padrão esse que foi historicamente transmitido, desde a criação da escola de enfermagem nightingaliana na qual só podiam realizar o curso para enfermeira (ladies) as moças de classe burguesa, para as auxiliares/técnicas de enfermagem (nurses) as moças de classe popular. Além do mais, esses alunos estão na faixa etária entre 17 e 35 anos, o que mostra que apesar de jovens, esses sujeitos na sua maioria realizam “profissionalização tardia” são na sua maioria casados e já possuem filhos; a maior parte desses alunos já está no mercado de trabalho, porém não exerce, na sua maioria, atividades ligadas a saúde.

Dentro desse perfil geral é possível ainda dividir os alunos que ingressam em cursos subsequentes de profissionalização em dois grupos: primeiro os que não ingressaram em uma universidade e, para estes, a realização de um curso técnico representa status, busca de qualificação, formação profissional e estímulo para entrar no Ensino Superior; e o segundo são os que chegaram a frequentar a universidade, porém, não houve possibilidade de conciliá-la com o trabalho, dificultando a sua sobrevivência (CEEP, 2009).

Desde a criação do curso técnico de enfermagem, em 2005 até a atualidade se teve três matrizes curriculares aprovadas, uma em 2005, uma em 2008 e a última de 2009. Concluíram o curso, 209 alunos até o ano de 2009.

Na matriz curricular aprovada no ano de 2005, o primeiro semestre tinha carga horária total de 500 horas/aula, o segundo semestre de 600 horas/aula o terceiro semestre de 620 horas/aula e o quarto semestre tinha 460 horas/aula, o que totalizava 2180 horas/aula. Deste total, os alunos tinham 740 horas/aula de estágio em instituições de saúde, e as demais 1440 horas/aula eram destinadas às aulas teóricas.

O plano de estágio, do ano de 2005 estabelecia como objetivo geral sistematizar o plano de estágio no âmbito de um sistema político institucional adequado, que preconize a evolução do ensino aprendizagem para patamares desejáveis, permitindo ao estudante identificar a finalidade de seus estudos e mensurar suas possibilidades em termos de realização pessoal e profissional.

Como objetivos específicos visavam proporcionar ao estagiário, condições de vivenciar situações reais da prática desenvolvendo a capacidade de reflexão sobre saúde sob ótica da vigilância a saúde e uma prática profissional mais consciente e criativa; conhecer e compreender a influência dos fatores sociais sobre as condições de saúde dos indivíduos e da coletividade; praticar uma formação que privilegiasse tanto a competência técnica científica, quanto a compreensão das implicações de seu trabalho no contexto das relações sociais; oferecer, o “confronto” entre saber acadêmico e os desafios da futura profissão; permitir o início do processo do saber com o fazer, da teoria com a prática, ajustando, através do estágio, a modalidade didática de ensino centrada na solução dos problemas; realizar o trabalho de enfermagem de natureza propedêutica e terapêutica específica, administrativa e educativa, tanto na atuação em serviços de saúde, como na interação com grupos de risco da comunidade; conhecer o campo da enfermagem, suas especialidades e níveis de complexidade, compreendendo a importância de seu desempenho profissional na atuação entre o paciente e a equipe multiprofissional e permitir o desenvolvimento de habilidades específicas pelo enfrentamento das questões postas pelo dia a dia da profissão, capacitando-o para a solução de problemas (CEEP, 2005).

Os estágios seriam realizados em instituições de saúde públicas e privada, com demanda de serviços que oportunizassem a aprendizagem através de convênios de cooperação técnica. As instituições são escolhidas conforme as características de cada estágio. Devendo apresentar: infra-estrutura material e técnica; possuir setores que desenvolvam atividades que possam ser adequadas às disciplinas dos estágios, oportunizando uma aprendizagem contextualizada; assinar o convênio de cooperação técnica, com finalidade de estágio supervisionado obrigatório; Aceitar as condições de supervisão e avaliação do CEEP e realizar o

planejamento e desenvolvimento conjunto das atividades de estágio (CEEP, 2005).

Segundo Informante I o primeiro ano do técnico de enfermagem no CEEP foi muito difícil, o que é justificado pela seguinte fala

No primeiro ano que viemos pra cá, não tinha material, nós demos aula onde é o laboratório, conseguimos algumas caixas, e foi assim também, bem trágico. Do mesmo modo que houve dificuldade para dar aulas, houve também dificuldades para os estágios, pois não existia plano de estágio escrito [...] em 2005, teve a reestruturação, começaram os estágios. Quem vai escrever os estágios? Ninguém escreveu, ninguém sabia dos estágios, nada. Eu estudei, e escrevi todos os planos de estágio [...].

As duas primeiras turmas de técnico de enfermagem iniciaram suas atividades letivas em 10 de fevereiro de 2005, assim sendo, de início o CEEP ofertou um primeiro semestre matutino para 43 alunos matriculados e um primeiro semestre noturno com 40 alunos matriculados. No ano de 2005, ainda houve a abertura de mais um primeiro semestre noturno com 43. No ano de 2006 houve a abertura de quatro primeiros semestres, sendo um matutino e 03 noturnos, o que totalizou 155 alunos ingressantes, no final do ano de 2006 formou-se a primeira turma de técnicos de enfermagem do CEEP, no dia 15 de dezembro de 2006, o quarto semestre matutino, com 19 alunos concluintes.

No ano de 2007 ingressaram na escola 145 alunos distribuídos em uma turma matutina e duas noturnas, ainda nesse ano formaram-se 89 alunos de 03 quartos semestres sendo 02 do período noturno e 01 matutino.

Em 2008 houve duas alterações na grade curricular que produziram um aumento na carga horária total do curso para 2200 horas. A primeira contemplou apenas o primeiro semestre que passou a ter as disciplinas de Processo de comunicação e informação em enfermagem e Processo de Saúde e doença e foi extinta a disciplina de Saúde e Segurança no Trabalho, o que acarretou numa carga horária maior que a anterior com 520 horas. A segunda alteração modificou apenas o segundo semestre e passou a vigorar a partir da metade de 2008, algumas disciplinas tiveram sua nomenclatura alterada. Agregou-se à grade a disciplina de Biossegurança e processamento de Artigos e as disciplinas de Processo de Trabalho em Saúde e Enfermagem Cirúrgica-teoria deixaram de ser ministradas no segundo semestre que passou a ter somente 540 horas/aula

Durante o ano de 2008 matricularam-se para o curso 145 alunos distribuídos em um primeiro semestre matutino e dois noturnos. E concluíram um total 76 alunos de um quarto semestre matutino e dois noturnos.

A última matriz curricular aprovada é de 2009, nela ocorreram mudanças na nomenclatura e na carga horária de algumas disciplinas e outras passaram a ser ministradas em semestres diferentes. No entanto, o curso permaneceu com carga horária total de 2200 horas/aula ou 1833 horas o que está acima do mínimo exigido pela Resolução nº 1, de 03 de fevereiro de 2005, que estabelece que os cursos de nível médio na modalidade subsequente deverão ter carga horária mínima de 1200 horas (BRASIL, 2005). Dado que expõe o esforço para oferecer educação de qualidade.

Segundo o Projeto Político pedagógico de 2009, o curso justifica-se pelo intuito de formar um indivíduo que é, ao mesmo tempo, trabalhador e cidadão, competente e consciente, que possui habilidades e conhecimentos básicos, específicos e de gestão.

Além disso, tem como desafio concretizar, na prática técnica, social e política os novos fundamentos para a práxis da Enfermagem: o de cuidar integralmente para que a vida plena e digna seja um direito de todos. Ou seja, visando sempre à integralidade do sujeito, que é entendida como o cuidado ao ser humano em todas suas dimensões (emocional, física, psicológica, etc.) e em todas as faixas etárias, através dos novos e velhos conhecimentos do ato de cuidar para o processo humano de nascer, crescer, envelhecer, adoecer e morrer no meio social. E, desse modo promover saúde e prevenir doenças, além de realizar a educação para a saúde (CEEP, 2009)

Visa formar um técnico de enfermagem com conhecimentos técnico-científicos, que lhe garantam autonomia intelectual e ética no exercício da profissão. Que exerça e compreenda o processo de trabalho de enfermagem de forma crítica, reflexiva, com capacidade de tomar decisões em seu âmbito de atuação, conforme legislação vigente. Capaz de prestar assistência integral à saúde (individual e coletiva) em todo o ciclo de vida do ser humano, de maneira digna; fundamentando-se nos princípios éticos, legais e humanos. Que atue com responsabilidade e compromisso, inserido na equipe de enfermagem e multiprofissional, sob supervisão do enfermeiro, exercendo sua cidadania nos diversos níveis atenção em saúde, abrangendo desde a prevenção, promoção e recuperação/reabilitação de agravos à saúde (CEEP, 2009).

Durante o ano de 2009 ingressaram no curso 139 alunos dividido em um primeiro semestre matutino e dois semestres noturno. Também nesse ano formaram-se apenas 45 alunos de um quarto semestre matutino juntamente com um quarto semestre noturno.

Os estágios segundo Informante I ocorrem “[...] no HU, no Salete e no Santa Catarina [...] e a dois ou três anos atrás foi colocado protocolo [...], deveria ser quatro alunos por grupo”.

As mudanças ocorridas nas matrizes curriculares mostram a busca em proporcionar ao aluno, disciplinas que atendam as necessidades da saúde coletiva e não apenas realizar assistência hospitalar, juntamente com a preocupação de acompanhar as exigências do mercado de trabalho e as propostas do Sistema Único de Saúde que buscam profissionais capazes de atuar em unidades de saúde e programas como o Programa de saúde da família e o Programa de Agentes comunitários de saúde.

CONCLUSÃO

O estudo mostrou que a educação profissional na particularidade do curso estudado foi determinada pelos movimentos políticos e econômicos do contexto em que se encontrava. No Paraná, com o governo Lerner, os cursos profissionalizantes de caráter público foram extintos e este nível de formação ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada.

A história do CEEP mostra que, muitas vezes os sujeitos não conseguem impedir determinações externas como foi o fechamento do curso de auxiliar de enfermagem no Colégio Marilis Faria Pirotelli, com a promessa de que seria reaberto posteriormente na modalidade de técnico de enfermagem. Com o governo Requião, novamente houve a possibilidade de que o Estado voltasse a abarcar o ensino profissionalizante, porém não fosse a atuação de pessoas imbuídas da certeza da necessidade deste curso e da disponibilidade pessoal de “ir a luta”, talvez o curso não tivesse sido reaberto. Assim, a luta de profissionais de enfermagem e da educação que se atentaram para as necessidades de saúde de Cascavel e região e vislumbraram um curso de qualidade tencionaram o Estado para que o assumisse constituindo-se hoje no único curso de técnico em enfermagem público na cidade de Cascavel.

Além do mais, observando-se o perfil do aluno que procura esta modalidade de formação, pode concluir-se que ele se constitui de sujeitos que dificilmente teriam outra possibilidade de profissionalização, caso o curso não fosse gratuito. Assim, se reforça a necessidade de manutenção e ampliação de espaços desta natureza, de forma que os jovens possam ter oportunidade de se inserir no trabalho formal, com condição de primeiramente manter a cidadania e a inserção social.

O estudo possibilitou resgatar e descrever a história do ensino profissionalizante de enfermagem que é ofertado pelo CEEP, contextualizando essa história com o desenvolvimento e as particularidades regionais, como a necessidade de um curso público para, primeiramente suprir a necessidade de uma parcela da população que depende do estado para profissionalizar-se e, desse modo garantir um trabalho formal e condições adequadas de sobrevivência, e por outro lado, a necessidade de quantidade de profissionais para atuar no campo da saúde, visto que Cascavel é tido como pólo de referência da saúde na região Oeste do Paraná, pois tem o único

hospital inteiramente mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), além de ter um sistema de saúde bem desenvolvido tanto público quanto privado, o que faz muitas pessoas, de regiões próximas a cidade, se deslocarem para ela quando necessitam de algum tratamento de saúde mais avançado. Assim sendo, para atender com qualidade a demanda de pacientes que buscam na cidade Cascavel tratamento e cuidados de saúde, é necessário, entre outros aspectos, um número adequado e qualificado de profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Decreto - lei N. 8.778 de 22 de janeiro de 1946**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=77501>. Acessado em 13 de março de 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 2.208m de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Parecer n. 16 de 05 de outubro de 1999**. Publicado no Diário Oficial da União em 26 de novembro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Resolução nº 1, de 03 de fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de educação para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.
- CEEP. **Plano de estágio do Curso técnico de enfermagem Centro de Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto** – CEEP, 2005.
- CEEP. **Projeto Político Pedagógico. Centro de Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto** – CEEP, 2007.
- CEEP. **Projeto Político Pedagógico. Centro de Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto** – CEEP, 2009.
- EEAN – **Escola de Enfermagem Anna Nery**: Breve Histórico Institucional da EEAN. 2003. Disponível em: < <http://www.eean.ufrj.br/sobre/sobre.htm> >. Acessado em 18 de janeiro de 2010.
- GEOVANINI, T. A enfermagem no Brasil. In: GEOVANINI, T. **História da Enfermagem**: Versões e interpretações. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez., 2002.
- RIZZOTTO, M. L. O contexto institucional na origem da enfermagem profissional no Brasil: a escola Anna Nery. In: **História da Enfermagem e sua relação coma saúde pública**. Goiânia: AB, 1999.
- ROCHA, F. G.; RODRIGUES, R. M. Caracterização da trajetória de formação escolar dos alunos do ensino técnico de enfermagem. 4º Seminário Nacional Estado e políticas sociais. **Anais**. Cascavel: Unioeste, 2009. p. 1-16.

Recebido em: 03/05/2013

Aprovado para publicação em: 15/06/2014